ENTREVISTA**O PAPEL DA UNESCO NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE NO BRASIL***Entrevista com a psicóloga Mariana Braga Neves**Por Ana Cristina Canosa Gonçalves*

Mariana Braga Neves é psicóloga formada em Brasília (UNICEUB) com pós-graduação (MBA) em Gerência de Qualidade (CEFET/RJ) e aperfeiçoamento em Planejamento e Análise da Educação pelo Instituto de Educação (IIPE) da Unesco de Buenos Aires. Especialista em Educação em Sexualidade e mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB) com pesquisas na área de concentração de educação em sexualidade, gênero e diversidade sexual. Desde 2002 é oficial de projetos de educação da Unesco em Brasília, responsável pela área de educação inclusiva, educação em saúde, em sexualidade e prevenção ao HIV/AIDS. Informações noattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4235013J0>

Ana Cristina Canosa Gonçalves - Seu trabalho em educação em sexualidade é bastante reconhecido no Brasil. Desde quando e como você percebeu que a sexualidade é um tema importante para a vida das pessoas e que o abraçaria em sua jornada profissional?

Mariana Braga Neves - Quando eu estava no final da graduação comecei um estágio em uma instituição de ensino para pessoas com deficiência (naquela época a educação especial inclusiva não era obrigatória). Assisti um lindo garoto com síndrome de Down se apaixonar por uma menina com paralisia cerebral. O prazer de cada dia daquele belo garoto era planejar como poderia agradar a colega: carinhos, gracejos e presentes. O meu desafio com o casal era justamente trabalhar a sexualidade de cada um e as habilidades para conviver com o amor e o desejo. Para minha surpresa, em uma das reuniões de equipe fui surpreendida e chamada atenção: aquele amor não podia prosperar. Não era para dar certo. E todos estavam orientados a separar o casal. Eles não podiam ficar sozinhos na escola, a partir daquele dia deveriam ter aulas separadas. Toda a equipe pedagógica deveria cuidar para que o casal não se encontrasse nas dependências da escola. Tentei argumentar que era um direito do casal e que caberia a todos nós, profissionais de educação, orientá-los... mas fui voto vencido. Aliás, eu era a "estagiária", "aprendiz" e "tinha muito o que aprender ainda". Assim comecei minha vida profissional, minha trajetória no campo da sexualidade. A violência, a ausência de direitos, a manipulação pela falta de informação de profissionais de educação me fez

emergir e estudar o direito à educação em sexualidade de adolescentes e jovens, sobretudo nas instituições de ensino.

Ana Cristina Canosa Gonçalves - A Unesco tem um trabalho bastante ativo na educação em sexualidade. Imagine que foram muitas as motivações para esse projeto. Conte um pouco sobre a mobilização e as conquistas da Unesco nessa área.

Mariana Braga Neves - A Unesco trabalha com vários temas que podem intervir na aprendizagem e no acesso ao ensino e a educação de crianças e adolescentes. A educação em sexualidade é um dos temas dos quais a organização vem trabalhando há muitos anos ao redor do mundo. Trata-se de uma abordagem pedagógica e culturalmente relevante, apropriada para cada idade, para o ensino sobre sexo e relacionamentos, fornecendo informações cientificamente precisas, realistas e sem julgamento. A educação em sexualidade proporciona oportunidades para os estudantes reconhecerem seus próprios valores e atitudes e para a construção de habilidades para tomar decisões, comunicar e reduzir riscos sobre muitos aspectos da sexualidade. Essa abordagem abrange toda a gama de informações, habilidades e valores para habilitar os jovens a exercerem seus direitos sexuais e reprodutivos e para tomar decisões sobre a sua saúde e sua sexualidade. Educação em sexualidade é parte integrante da estratégia da Unesco sobre HIV/AIDS e educação em saúde com foco na prevenção, tratamento, cuidados e apoio a crianças e jovens de dentro e fora da escola. To-

das as orientações e recomendações da Unesco são dirigidas para todos os países-membros, para diferentes culturas. Por isso, as publicações internacionais utilizam termos e expressões que são comuns à maioria das regiões. Por exemplo, no Brasil utilizamos os termos homo, lesbo e transfobia para descrever medo irracional, preconceito ou ódio a cada uma dessas populações. Internacionalmente, considera-se homofobia o termo designado para descrever esse sentimento ou ação para todas as populações sem necessidade de relacionar cada uma delas. Deste modo, utiliza-se os termos homofobia nas publicações Unesco para designar esse preconceito ou ação a todas as populações sem a necessidade de se referir a cada uma delas, sem que isso seja considerado a omissão de um público específico. Ainda no campo internacional, colecionamos muito avanços. Recentemente 20¹ países assinaram o chamado de ação contra a violência homofóbica e transfóbica em insituições de ensino, inclusive o Brasil. Esse avanço não seria possível há alguns anos. No Brasil, também, já assistimos alguns ganhos jurídicos e sociais. As escolas têm trabalhado cada dia mais com os temas da educação em sexualidade, como se pode perceber nos dados do censo escolar, apesar dos grandes debates políticos em torno do termo gênero.

Ana Cristina Canosa Gonçalves - Em 2010 foi lançada a Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade. Podemos dizer que há temas e orientações que podem ser aplicadas por educadores do mundo todo, independentemente das diferenças culturais?

Mariana Braga Neves - A Orientação técnica internacional de educação em sexualidade é um documento que procurou considerar diferenças culturais globais. Eventualmente, algum termo pode ter ficado de fora, mas os assuntos foram tratados de forma que as diversidades fossem consideradas. Dessa maneira, trata-se de um documento referencial que pode ser utilizado por todos os países-membros, cabendo uma adaptação cultural. Em fevereiro de 2009 realizou-se uma consulta técnica global em 13 países, além de ter sido avaliado por especialistas e instituições de diferentes partes do mundo. Os tópicos e objetivos de aprendizagem constantes no documento são baseados em evidências e em experiências práticas. O documento pode

ser acessado aqui: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183281por.pdf>

Ana Cristina Canosa Gonçalves - Em 2014 foram lançadas as Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro. Como se deu o processo para sua criação?

Mariana Braga Neves - A Orientação técnica de educação em sexualidade – tanto a nacional quanto a internacional – é uma abordagem baseada em evidências para as escolas, professores e educadores em saúde. O volume I, que trata da abordagem internacional, considera as características que devem obedecer a um programa para que as orientações sejam consideradas efetivas. O volume II, presente na abordagem nacional e internacional, apresenta uma proposta mínima dos tópicos e objetivos de aprendizagem para um programa de educação em sexualidade para crianças e jovens de 5 a 18 anos de idade. Após a leitura crítica, o escritório da Unesco no Brasil concluiu que o documento original deveria ser revisto e adaptado considerando o atual estágio das políticas públicas brasileiras de educação em sexualidade, gênero e diversidade sexual, bem como o avanço do atual debate desses temas no país. Entendendo que a versão internacional não contemplava toda a diversidade brasileira, realizou a adaptação da versão internacional. Para tanto, realizou quatro encontros regionais com especialistas, profissionais e universidades para discutir a versão original, bem como fazer sugestões à nova versão nacional. Os encontros aconteceram em Brasília (2009), São Paulo (2010), Recife (2010) e São Paulo (2013). As sugestões, fruto dos debates, culminaram na publicação *Orientação técnica de educação em sexualidade para o cenário brasileiro*. A edição brasileira contempla versões e termos que são utilizados tanto pelo governo brasileiro quanto pelas escolas e pelos profissionais de educação e saúde. Caso você queira conhecer a versão para o cenário brasileiro: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/Orientacoes_educacao_sexualidade_Brasil_preliminar_pt_2013.pdf

Ana Cristina Canosa Gonçalves - Recentemente a Unesco se posicionou a favor da inclusão do debate sobre sexualidade e gênero em sala de aula no Brasil e sugere que a legislação e os planos

¹Até 30 de junho. Novas adesões ainda estão abertas. O Brasil confirmou sua adesão após esta data.

educacionais do país incorporem perspectivas de educação em sexualidade e gênero, a fim de fomentar uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. Quais são as consequências práticas para a realidade brasileira depois da grande polêmica contrária ao tema em 2015, que provocou, inclusive, mudanças no PNE?

Mariana Braga Neves - O país tem assistido, seja por meio da mídia, seja no cotidiano, a fatos recorrentes de violência de gênero e contra a população LGBT. A escola não pode e não deve se omitir sobre isso. Os limites da escola são tênues, onde se iniciam e onde terminam. A escola deve estar atenta às novas realidades e às transformações do mundo. Para tanto, a luta contra a mulher, por exemplo, não pode estar de fora dos planos escolares. O direito de crianças, adolescentes e jovens ao acesso à educação de qualidade, a um ambiente seguro e aos temas de educação em saúde são garantidos por outros marcos legais no Brasil: a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Juventude, as Diretrizes Curriculares Nacionais, para citar apenas alguns. As questões de violência de gênero e de orientação sexual continuam presentes na escola, e principalmente por isso precisam estar presentes no cotidiano da sala de aula. Não se discutir esses temas pode significar não garantir uma educação de qualidade livre de discriminação e preconceitos e para todos. O que é mais importante é que a educação seja compreendida como processo de formar cidadãos que respeitem às várias dimensões humanas e sociais sem preconceitos e discriminações. Aprofundar o debate sobre sexualidade e gênero contribui para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. A Unesco ressalta em todos os seus documentos oficiais que as estratégias de educação em sexualidade e o ensino de gênero nas escolas são fundamentais para que homens e mulheres, meninos e meninas tenham os mesmos direitos, para prevenir e erradicar toda e qualquer forma de violência, em especial, a violência de gênero. A eliminação das desigualdades de gênero é determinante para a construção de uma sociedade inclusiva e equitativa.

Ana Cristina Canosa Gonçalves - Mesmo que o PNE de muitos municípios não contemple explicitamente o trabalho da educação em sexualidade, em especial das relações de gênero, as escolas podem fazer esse trabalho?

Mariana Braga Neves - Os marcos legais nacionais e os internacionais dos quais o Brasil é signatário garantem a autonomia da escola e do professor para tratar dos temas da sexualidade em sala de aula, mesmo que o plano municipal e/ou estadual não tenha mencionado o assunto. Nos próximos anos, a Unesco deverá discutir o assunto em fóruns jurídicos nacionais e junto a especialistas na temática de educação em sexualidade e de gênero para propor uma referência de marco legal brasileiro de educação em sexualidade na escola.

Ana Cristina Canosa Gonçalves - Seria interessante que na universidade, independentemente dos cursos de licenciatura ou bacharelado, tivesse uma disciplina sobre educação em sexualidade? Há algum estudo na Unesco sobre esta questão? Em caso positivo, quais estratégias a Unesco está utilizando ou utilizará para mobilizar o setor educacional quanto à necessidade da disciplina?

Mariana Braga Neves - A Unesco não acredita que a inclusão de uma disciplina obrigatória possa solucionar a questão. Sugere que cada universidade e curso encontre uma forma de incluir os temas conforme sua realidade local. A Unesco concluiu recentemente um estudo sobre a inclusão dos temas da educação em sexualidade nos cursos de licenciatura, trata-se da *Pesquisa nacional com instituições de ensino superior, públicas e privadas, nos cursos de formação de professores no Brasil sobre a inclusão dos temas: educação em sexualidade e relações de gênero nos currículos de formação inicial docente*. O objetivo da pesquisa foi mapear dados e levantar subsídios que contribuam para a efetiva inserção de temas relacionados à assistência à saúde (educação em sexualidade e relações de gênero) na formação dos professores, e de sua implantação na esfera escolar. Entre os resultados estão que a inserção das temáticas de educação em sexualidade e de relações de gênero nos currículos de formação inicial docente tem importância e relevância, independente do tipo de curso e se a instituição é pública ou particular. Alguns fatores limitadores quanto à inclusão dos temas foram:

- Aspectos de ordem ideológica.
- Aspectos de ordem religiosa.
- Desconhecimento legal.
- Falta de apoio institucional, político e governamental.
- Não obrigatoriedade curricular.

- Preparo do próprio corpo docente.

Ainda há necessidade de maior fomento de políticas públicas direcionadas à implantação de temáticas relativas a educação em sexualidade e relações de gênero nos currículos de formação inicial do docente pelas instituições de ensino superior.

Ana Cristina Canosa Gonçalves
Diretora de Publicações da SBRASH
Gestão 2016-2017